

M. Augusto
Muniz

29

Ata da Oitava Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de São João, realizada no dia 23 de março de 1993

Às dezessete horas do dia 23 de março de 1993 (mil noventa e nove e trinta e três, sob o Presidência do Vereador Marcos da Rocha Mendes, e com a participação do Primeiro Secretário pelo Vereador Waldemar Augusto de Aguiar Neto, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de São João. Após leitura e aprovação da chamada nominal os seguintes Vereadores: Hugo Silva da Rocha, Adilson Pinto de Andrade, Aires Bessa de Albuquerque, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho, Evandro, Alfredo Luiz da Rocha Duarte, Carlos Roberto Magalhães dos Santos, Dênis Pereira da Silva, Eduardo Carlos Neto, Ivan Luiz de Araújo, Joaquim Schwindt, Luiz Antônio de Oliveira Neto, Milton Roberto Pereira de Souza, Orlando da Silva Pereira, e Silas Rodrigues Pinto, tiveram do número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, foi lido e aprovado Ata da sétima Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo. Após cumprimento de rito regimental, o Senhor Presidente relatou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente que constava do seguinte: Indicação nº 088/93, de autoria do Vereador Eduardo Carlos Neto, assuntos: Indica ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal a implantação de Unidade Médica Odontológica no Bairro Jacaré; Indicação nº 089/93, de autoria do Vereador Eduardo Carlos Neto, assuntos: Relata ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal a Reforma do Polídeo Municipal Nazário Augusto (Antigo Amado); Indicação nº 090/93, de autoria do Vereador Joaquim Schwindt, assuntos: Indica ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal saneamento básico para a Rua "7" localizada no Parque Eldorado II, Jardim Esperança; Indicação nº 091/93, de autoria do Vereador Joaquim Schwindt, assuntos: Indica ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal que junto à Auto Viação Sulcaura LTDA, providencie uma linha de Ônibus Jardim Esperança x Forte São Sebastião; Indicação nº 092/93, de autoria do Vereador Carlos Roberto Magalhães dos Santos, assuntos: Relata ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal que junto ao Grupo de Bombas estabiliza o abastecimento de Salicumar ali as praças de 3º e 4º distritos; Indicação nº 093/93, de autoria do Vereador Luiz Antônio Abbas e outros, assuntos: Relata ao Excmo. Senhor Prefeito Municipal a ruína de Benxigum a esta taxa, para implantação e

De

criação da Empresa Municipal de Transporte Público de Cabo Frio, Indicação nº 086/93, de autoria do Vereador Orlando da Silva Pereira, assuntos: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a regulamentação do funcionamento do Bônus de Combate a Vícios., Indicação nº 108/93, de autoria do Vereador Adailton Pinto de Andrade, assuntos: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a Implantação de um Posto de Saúde na Rua das Hortências - Bairro Piró., Indicação nº 102/93, de autoria do Vereador Adailton Pinto de Andrade, assuntos: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal que junto a CERF, providencie a contratação do Iluminador Público no Bairro das Capivaz - Piró., Indicação nº 103/93, de autoria do Vereador Adailton Roberto Pereira de Souza, assuntos: Indica ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a limpeza de Canal do Riacho Baile, com saneamento e Estação de Tratamento do Efluente do Canal, Requerimento nº 036/93, de autoria do Vereador Guy Silva do Pinho, assuntos: Requer Pedido de guarda familiar de Senhor Alfredo de Aguiar Santos Filho, pelo seu falecimento ocorrido na dia 30 de março 88., Requerimento nº 040/93, de autoria do Vereador Adailton Roberto P. de Souza, assuntos: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a Implantação de um novo Posto das Correios no Bairro Piró., Indicação nº 099/93, de autoria do Vereador Elias Rodrigues Bento, assuntos: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal, material de produção para os funcionários municipais que trabalham em repató e similares., Indicação nº 100/93, de autoria do Vereador Elias Rodrigues Bento, assuntos: Solicita ao Excmº Senhor Prefeito Municipal a Humanização do transporte dos funcionários municipais que residem no Recp., Requerimento nº 039/93, de autoria do Vereador Adailton Pinto de Andrade, assuntos: Solicita ao Excmº Senhor Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a Implantação de um Posto Policial na Praia das Hortências - Bairro Piró. Entendendo a falta do Expediente, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao expediente dedicado ao uso do Tribuna, não havendo oradores inscritos para o uso do Tribuna o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao expediente dedicado a Ordem do Dia. Voto elapso por não aprovadas as seguintes matérias: Aprovado Projeto de Lei nº 005/93 com Requerimento de Urgência nº 088/93. Aprovadas as seguintes Indicações nº 088/93, 089/93, 096/93, 097/93, 098/93, 099/93, 101/93, 102/93, 103/93, 100/93. Quando da votação da Indicação nº 095/93, dispondo sobre implantação de Empresa Municipal de Transporte Público, o Vereador (Auto) Roberto Augusto dos Santos, em substituição de Votem absteveu que de acordo com o Artigo 96, parágrafo Único do Regimento Interno a Indicação é rejeitada por maioria absoluta dos

Comissão já estava automaticamente aprovada nas reuniões de votação Plena, e que foi
 aceita pelo Presidente. De seguir, o Vereador Aguiar Silva do Rocha solicitou a Comissão que
 fosse registrada no voto contrário, e logo após o Vereador Alfredo Luiz do Rocha Barreto se
 levantou, a Comissão e registro do seu voto favorável. Em questão de ordem o Vereador Luiz
 Antônio de Mello Rocha solicitou a Comissão o registro na Indicação dos nomes dos ve-
 recadores favoráveis. Em questão de ordem o Vereador Antônio Carlos de Carvalho Guedes
 disse que não importava o número, mas sim a aprovação do documento, e assim pois que
 o problema foi resolvido, a Indicação devia ser votada sobre aprovação Plena. Disse
 que já estava registrado o voto contrário do Vereador Aguiar Silva do Rocha, e quanto
 aos outros, para que não houvessem dúvidas quanto a assinaturas ou não, a votação era
 necessária, na medida em que o documento aprovado poderia ter sido levado pelo autor por
 algum ou não. Depois disso, como fez o Vereador Alfredo Augusto Rocha Barreto e
 que votou favorável e que não assinou a Indicação. Disse que na Câmara existem Vereadores
 (1) que votam, mas com cabeça de velha, podiam no futuro pelos pronunciamentos registra-
 dos, fazer espécie de proposta para proibirem demagogia junto a população de
 leitos e registros e que a Indicação fosse votada, evitando-se a exploração política de ve-
 recadores, que por não saberm fazer outra coisa, proibiam demagogia junto ao eleitorado
 que ainda era credulo em tal comportamento. Em questão de ordem, o Vereador Car-
 los Roberto Daquino dos Santos disse que lembrava a preocupação do Vereador Antônio
 Carlos de Carvalho Guedes, pois o regimento interno era bem claro e, caso os Ve-
 recadores quisessem assinar de "o posterior", não importava, porque o documento seria
 aprovado pelo Pleno e não por Vereadores, e assim o Regimento Interno era bem claro
 quando dispunha o pronunciamento do Pleno. Em questão de ordem o Vereador
 Luiz Antônio de Mello Rocha disse que em contato com alguns Vereadores, até mais
 da oposição pudera constatar que desejavam assinar a Indicação. Prosseguiu na di-
 reção dos trabalhos, o Senhor Presidente Carlos do Rocha Mendes, disse que a matéria
 já estava aprovada, e que assim consignadas as atas contínuas. Em questão de Or-
 dem, disse o Vereador Aguiar Silva do Rocha "data vinda", não prevalece a opinião de
 ilustre Vereador Carlos Roberto Daquino dos Santos, quando disse que o Pleno contendo as
 assinaturas da maioria absoluta dos Vereadores, estava aprovada automaticamente, dispen-
 sando o pronunciamento do Pleno. Anteriormente, disse que o Artigo 96 em seu parágrafo
 1º não falava em Indicação e sim em Pleão, e ainda a Comissão ouvia o pronuncia-
 mento do Pleno, e assim, se o Pleno fora ouvido no encaminhamento, a Comissão
 tinha que ouvir também o pronunciamento do Pleno na votação. Prosseguiu na direção

1

do trabalho, o Senhor Presidente colocou em votação a Indicação nº 045/48, sendo aprovada com o voto contra do Senhor Dep. Silva do Rocha. Não havendo mais matérias para serem apreciadas neste segmento, o Senhor Presidente prorrogou a Sessão aos Senhores que quizerem fazer uso para a Explicação Pessoal. Depois o Tribuna em Explicação Pessoal o Senador Alfredo Ruiz do Rocha Barreto, do PT, informando inicialmente que no último final de semana estive no Município de Angra dos Reis, Administrado pelo PT, participando do 1º Encontro Municipal de Cultura. Disse que na oportunidade houve um rolamento grande participação dos clubes organizados de Angra dos Reis junto a Administração Municipal. Disse da importância de tal iniciativa quando entidades discordavam do política cultural levada a efeito pelo Administrador, e que não invalidava a participação junto ao Poder Público, na medida em que as doendoneiras ocorriam de forma sódia e democrática. Em relação a política salarial, disse que tomara como referência também Angra dos Reis, e mesmo estando longe do local vivamente observava a diferença salarial entre profissionais de Angra e Pólo Frio, embora reconhecendo o maior potencial econômica do Município a máo. Disse, adiante, que sempre lhe do Tribuna caber, pois entendia que obtives das críticas construtivas para a autoridade. Adiante disse que até aquilo data a Câmara não sabia qual era a arrecadação do Município, pois o Executivo não publicava e que era um imperativo legal. Disse que pela segunda vez a Câmara aprovava uma política salarial no 1º turno, no entanto, no credibilidade do Prefeito. Considerou que devia o envio a Câmara. Disse estar aprovando desde o início todas as matérias de interesse coletivo de forma clara, aberta ao público, com a disposição política que o Governo deveria ter em favor total compatibilidade para a sociedade. Disse que na próxima Sessão iria solicitar ato de Requerimento sob aprovação Plurária, o envio de Balanço do Município de 1º e 2º trimestres. Salvo ter sido prorrogado por professores de primeira e quarta, que estavam sendo beneficiados, com o salário de três milhões setecentos, quando lá mil e quinhentos, a partir de março se transformando em verdadeiro drama, e mesmo entendendo as dificuldades do Governo em seus primeiros momentos gostaria de tomar conhecimento de outros fatos para justificar a falta de política salarial por parte do Executivo. Adiante, disse que o parlamentar não tinha a perspectiva quanto ao salários pois o Governo praticava uma forma irregular de pagar os servidores, com o que não concordava. Encerrando, disse que o Governo criava cargos, mas não especificava o número de tais cargos e que no mínimo era irregular. Disse que não se estava inventando hipóteses mas era absurdo a mensagem do Prefeito ao enviar o mé-

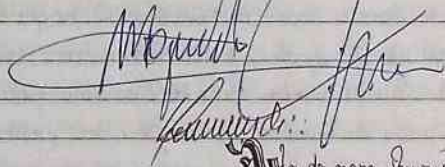
mio de cargo a serem preenchidos para cada função. Alegrou que mais uma vez tentava
 em subtração salarial no exato 2, porque esse não pode aplicar-se a funcionários públicos em
 pagamento. Perguntado, disse que o seu partido não defendia as soluções mas sim uma polí-
 tica salarial, para que o funcionário tivesse planejamento em suas vidas, e que esperava
 a custo preço do Senhor Prefeito, na que estava na falta. A seguir, culpou o Prefeito em ter
 aplicado pessoal, e Vereador Luiz Antônio de Fátima Cabos, falando inicialmente de sua subtra-
 ção em seu o Sindicato 093705 de sua autoria, em apreço pelo fato que por irrespon-
 dade, aprais com o encaminhamento do Senhor Vereador Luiz Sérgio da Rocha. Disse de sua
 vertiga no voto parciais do Vereador Luiz Rocha quando o Prefeito nomeou Benigno e
 Câmara criando a Companhia Municipal de Transporte Coletivo, dando sobre transporte de
 que que o jornal Tribuna dos Lagos, na primeira quinzena de maio, página dez, falava
 que um clube e esportes agindo na região dos Lagos, referindo-se ao Curral do Galo,
 e que o jornal destacava que com o jornal de vista no o início do pagamento dos mes-
 rios do Salimiro. Perguntado disse que o cartel que mobilizou o transporte coletivo
 chegaria ao final quando fosse implantada a Companhia Municipal de Transporte Cole-
 tivo, para alívio de situação por parte da população que utilizava o transporte do carteli-
 ta da Região dos Lagos. Binde sobre o jornal Folha dos Lagos, esta matéria que repor-
 tava o pagamento dos moradores de Figueira e Monte Alto, esperando mais de uma
 hora no ponto pelo chegada de um ônibus, por que acabando o visto, acabando o "mam-
 to" do mesmo especular, não pagar o bolso daqueles que utilizavam o transporte col-
 tivo. Adiante, disse que poucas sabiam, mas que a Empresa de Transporte coletivo de
 Cabo Frio fazia parte de um grupo com mais de quarenta Empresas, no Rio de Janei-
 ro. Adiante disse que o jornal "O Dia" em seis de dezembro de 1992, citou a
 matéria com o seguinte teor: "Citar garante redução no preço das passagens". Per-
 guntado, disse que a matéria previa que o Poder Executivo podia licitar o se-
 tor de transporte coletivo, em Município onde exista uma concessão rodoviária, e adiante
 citou mais uma reportagem com o Prefeito do Município de Rio de Janeiro determinando
 do procedimentos e baixando preço de passagem de ônibus. Quando perguntado se se-
 fato, disse ser lamentável que ao longo dos anos, o Poder Executivo de Cabo Frio não
 convenceu com os cartelistas. Disse que exerceria seu mandato enquanto duas vezes
 mais, lembrando que fora candidato pelo cartel, que havia casado sua candidatura
 e tentava fazer sua diplomacia, ali mesmo sua prova. Disse que o cartel tentava se-
 zar o seu mandato porque sabia que o Vereador Luiz Antônio de Fátima Cabos
 iria lutar pelo povo na Câmara Municipal, afirmando ainda que o cartel man-

Am

política, que o Cartel tinha seus tentáculos em vários poderes, mas em Cabo Frio existia justiça. Dirigiu-se ao Dr. Mant, que havia mantido o seu mandato por um tempo que esteve no Asmara defendendo o povo. Adiante, disse que os cartelistas que estavam espalhados no Brasil e não opinou em Cabo Frio, defendiam os administradores da coisa pública, mas, Leiza Euzébio provava o contrário, pois deixara o transporte coletivo em São Paulo organizado, o mesmo ocorrendo em Curitiba onde a Administração Municipal geriu com sucesso o setor de transporte. Disse que por isso o Cabo já começara a investir em transporte coletivo através do CTC, indagando porque Cabo Frio também não podia se engajar em novo processo. Disse que em Anápolis do Cabo, o transporte coletivo do CTC, com baixos tarifas dava lucro de 10% para frente, e, que a empresa que monopolizava o transporte em Cabo Frio, o Cartel ganhava quase dez vezes por cento nas passagens, no que enterrou sua fala. O orador, depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Alves Braga de Figueiredo, do PMDB, observando inicialmente que dadi o encaminhamento da Indicação nº 095/93 a seu texto, sua intenção que o seu autor tenha uma questão pessoal com a Empresa, o que ficou claro em seu discurso. Adiante, disse que não importava a questão pessoal e fosse para beneficiar ao povo, mas por outro lado lembrou ao Ilustre autor da Indicação que de 1976 a 1982 já existia a Salinaria em Cabo Frio, já existia o Cartel e o Prefeito era José Benedito Furtado Mendonça, e assim, aconselhava que o Vereador fosse com cuidado para não se machucar. Quando prosseguimento ao seu discurso, abordando o questão da Mensagem de reajuste salarial, disse que o Prefeito continuava pedindo e que no texto em referência estava a função de engraxateiro sem especificar o número de vagas, o que era um equívoco primário e outro prelado maior era quanto ao aspecto político administrativo. Disse que o Prefeito não atendia aos preceitos da Frente Cabo Frio Livre, quando os Partidos integrantes do referido Frente não eram ouvidos, e mais uma vez o Prefeito pregava uma farsa aos companheiros de Campanha, pois o PT, o PSD, o PC, e outros Partidos não participavam de nada, e, que assim não encontraram a maioria dos referidos Partidos. Disse que a Projecão de seus escritos nos estivessem nos palácios do Vereador do PT, lamentando que o PSD não ouzasse a Tribuna para dar também o testemunho e exemplo do PT, e, que alguma coisa se fosse criada nos domínios da Prefeitura. Adiante disse que a Mensagem de reajuste salarial fora elaborada sem a participação do PT, muito menos do PSD, e que opinava para ser procedida para que o funcionalismo não fosse prejudicado, lembrando ainda que a promessa de cinco salários para o professor "C", entre outros, estava

longe de ser cumprida pelo Prefeito. Disse ainda que os Partidos com influência nas
 ruas e que haviam apoiado o candidato da atual Prefeitura também estavam envolvidos
 e deviam explicar ao funcionalismo que continuava aguardando "um soldado justo e digno"
 o que fora dito tantas vezes no palanque. Adiante, disse que o Prefeito não era um
 comerciante, e assim não aceitava alegações de falta de dinheiro, na medida em que o Mu-
 nicipio recebia transferências do Governo Federal, e assim o que faltava era responsabilidade
 de cumprimento da palavra impenhada. Disse que os fatos tomavam forma quando
 se tratava de um Prefeito eleito com alguns dias antes de tomar posse e ouvindo depois
 da posse, até a data, e, com seus anos de experiência de um mandato anterior. Disse
 também que mais importante do que comprar equipamentos era a utilização do homem
 da ciência, este sim, patrimônio maior do Município e esquecidos pelo todo poderoso
 Prefeito do Município de Cabo Frio, no que encerrou sua fala. E depois, ocupou a Tribu-
 na o Vereador Waldemar Abreu de Aguiar Neto, comunicando inicialmente tu o atual
 vice do Senhor Prefeito para assumir a Secretaria de Habitação, Trabalho e Promoção Social
 onde pretendia dar uma direção de grande alcance ao Município, visto o complexo que
 são os problemas. Disse que ocupar a Secretaria de Habitação era um grande desafio, vi-
 sta o momento vivido pela população, pelos instantes de perplexidade ante a recessão,
 a espiral inflacionária e os graves problemas sociais produzidos, mas estava certo de
 que com a ajuda também do Legislativo poderia executar um trabalho digno voltado
 principalmente para as mais necessitadas. Disse que a sua Secretaria estaria aberta a
 todos, para críticas e sugestões, e contou, reiterou com a participação da Câmara, pois
 antes de ser Secretário era Vereador. Adiante procedeu um amplo relato das imple-
 cações nas áreas de trabalho, habitação e dos problemas que seriam encontrados,
 mas reafirmou sua entrega em aceitar colaborando para o sucesso da Administra-
 ção do Município de Cabo Frio, dignificando sua gente, no que encerrou sua fala. E
 depois, ocupou a Tribuna o Vereador Hugo Silva da Rocha, falando inicialmente que por
 vários vezes afirmara que aquele que se recusava a opinar recusava de atingir o alguém
 tinha por pressão e medo que recuava a alma, que abrigava o ideal e, que nunca
 de jamais seria. Disse que assim, declarou de forma transparente sua posição quanto
 à Indicação 95193, de autoria do Vereador Luiz Antônio de Abreu Sales, e que era
 contra o monopólio, contra a instalação de Cartão, apenas entendia que deveria
 haver livre concorrência entre Empresas, quanto fizesse, para que os resultados possi-
 vos fossem obtidos em favor do interesse maior da comunidade, ou seja uma
 tarifa mais baixa. Disse que trazia aos ilustres componentes da Comissão de Re-

do do Consumidor no caso, denúncias que considerava por demais relevantes, por-
tando roubos tanto a população. Disse que a PEDAE cobrava água do povo de Cabo
Eiro sem ter o fluído líquido, afirmando que durante dois anos pagara centos de
réis de uma pequena loja que tinha em São Cristóvão e, tomara a decisão de não
mais pagar pelo que não recebia. Disse que era exigido uma coisa mais enérgica da
Povo, no sentido de que fosse uma solução encontrada, mas não podia contribuir a
início e a CETAE continha roubando impunemente em Cabo Eiro. Adiante, disse
que o Imposto Territorial da Prefeitura tinha registrado em todos os cartões a aliquota
de três e mais por cento para terrenos mudados e com entradas, quando o lei permitia
um e mais por cento, e assim o povo também estava sendo roubado. Falou a seguir da
máquina do Supermercado ABC que quando requirava alguns artigos, não seria a quan-
tia nem que houveram um número na frente, podendo ser um nove, ou um três e assim
pedia a entrega da Comissão de Defesa do Consumidor e finalizou desajando ao Sr.
da Waldy Aguiar sucesso no seu novo cargo, lamentando a ausência de companheiros,
mas pelo bem do Município estaria a disposição para colaborar com o Prefeito Mu-
nicipal e sua Administração. Não houve mais oradores para fazerem uso da pala-
vra em Expiração Final, o Senhor Presidente iniciou a presente Sessão em nome de
Jesus Cristo para constar, manda que se levasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a
aprovação Plurímica, aprovada, seja assinada para que produza seus efeitos legais.


Waldy Aguiar

Ata da nona Sessão Ordinária
do Simulo Lúcio Representativa da
Câmara Municipal de Cabo Eiro, na
Pujada no dia 25 de março de 1993
mil novecentos e noventa e três.

As diversas horas do dia 25 de março de 1993 mil novecentos e
noventa e três, sob a Presidência do Vinador Carlos da Silva Mendes, e com a participação do
Simulo Luciano pelo Vinador Waldy Aguiar de Aguiar Neto, reuniram-se Ordinariamente a Câmara
Municipal de Cabo Eiro. Após leitura, responderam a chamada regimental os seguintes Vi-
nadores: Aury Silva da Rocha, Antônio Carlos, Leiva da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho, Trindade